

Projeto Político Pedagógico

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
DETRAN/RS**

ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO

Projeto Político Pedagógico

3ª edição

**Porto Alegre
DETRAN
2021**

© 2021 Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN/RS)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalqual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Eduardo Leite

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Ranolfo Vieira Júnior

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RS
DIRETOR-GERAL
Enio Egon Bergmann Bacci

DIRETORA INSTITUCIONAL
Maria Edi de Moraes Gonzaga

ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO
Carla Badaraco Guglielmi

Rua Voluntários da Pátria, 1358 – 7º andar – Floresta – Porto Alegre, RS. CEP 90230-010
E-mail: escola@detran.rs.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D419p

Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul.
Projeto político pedagógico / Departamento Estadual de Trânsito do RS; Escola Pública de Trânsito. – . Porto Alegre : DETRAN/RS, 2021. 3.ed.

28p. : il.

1. Educação de Trânsito. 2. Prática Pedagógica. I. Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul. II. Escola Pública de Trânsito. III.Título.

CDU 37.014.542(816.5)

ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO DO DETRANRS

Missão

Promover a educação para o trânsito fundamentada em princípios éticos que contribuam para o exercício da cidadania, o desenvolvimento da consciência coletiva e a construção de uma cultura de preservação da vida.

Visão

Consolidar a Escola como instituição de ensino referência em educação para o trânsito, acessível à sociedade e em sintonia com a realidade.

Valores

Empatia. Respeito. Defesa da Vida. Equidade. Cooperação. Compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade. Compromisso com a Diversidade e Segurança.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. QUEM SOMOS	6
2. NOSSO PAPEL	6
3. NOSSAS DIRETRIZES.....	8
3.1. Princípios da Educação para o Trânsito	8
3.1.1. Valorização e Preservação da vida	8
3.1.2. Alicerce em valores de cidadania	10
3.1.3. Relação saudável com as regras	11
3.1.4. Responsabilidade pelas escolhas	12
3.1.5. Exemplos coerentes.....	13
3.1.6. Diferentes papéis.....	14
3.1.7. Integração com o contexto.....	15
3.1.8. Abordagem diversificada.....	15
4. NOSSO FAZER PEDAGÓGICO.....	16
4.1. Estratégias de ensino-aprendizagem	19
4.2. As experiências pedagógicas.....	20
4.3. A avaliação do fazer pedagógico	22
5. ONDE QUEREMOS CHEGAR	26
REFERÊNCIAS.....	28

APRESENTAÇÃO

“O Projeto Político Pedagógico é a valorização da identidade da Escola Pública de Trânsito”

O Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola Pública de Trânsito do Rio Grande do Sul norteia as atividades pedagógicas desenvolvidas, visando à construção do conhecimento com base na aprendizagem significativa e na promoção do exercício da cidadania, partindo da realidade dos sujeitos envolvidos e levando-os a refletir sobre a influência do comportamento de cada um no trânsito para o bem estar de todos.

Nessa perspectiva, a Escola busca consolidar-se como instituição de referência na promoção da educação para o trânsito, oferecendo experiências educativas que respondam aos anseios da sociedade e que, efetivamente, sensibilizem as pessoas, para que compreendam a importância de estarem comprometidas em fazer escolhas em prol do coletivo e do bem comum, servindo como suporte, fonte de consulta e apoio pedagógico às demais instituições e pessoas que possuem os mesmos propósitos.

Este PPP se configura como aporte teórico, apresentando os fundamentos e princípios da educação para o trânsito que norteiam as ações da Escola. Seu êxito e sua eficiência dependem, em parte, do compromisso de cada envolvido em executá-lo, pois sua construção está baseada em pilares de coparticipação.

O documento está organizado em cinco momentos, a saber:

- 1) Quem somos;
- 2) Nosso papel;
- 3) Nossas diretrizes;
- 4) Nosso fazer pedagógico;
- 5) Onde queremos chegar.

1. QUEM SOMOS

A Escola Pública de Trânsito se constitui em uma instituição de ensino comprometida com experiências educativas fundamentadas em princípios éticos que contribuem para o exercício da cidadania, o desenvolvimento da consciência coletiva e a construção de uma cultura de preservação da vida. Está em plena sintonia com a missão de sua mantenedora, o Departamento Estadual de Trânsito, que é o de “promover a gestão do trânsito com qualidade, ética e transparência, educando os cidadãos e fazendo cumprir as normas em defesa da vida”.

A Escola, na estrutura organizacional do DetranRS, está vinculada à Diretoria Institucional e organiza-se com uma Direção, duas Vice-Direções, uma Pedagógica e outra Administrativa e três coordenadorias: Coordenadoria Administrativa e Pedagógica, Coordenadoria de Educação para a Segurança e Cidadania no Trânsito e Coordenadoria de Processos de Ensino e Aprendizagem, tendo como propósito contribuir para a formação de cidadãos movidos pelo respeito, valorização e preservação da vida, somando forças com a sociedade no intuito de espalhar a cultura e os princípios de educação, de mobilidade e de segurança no trânsito.

A Escola Pública de Trânsito é ESCOLA porque é um lugar idealizado para promover aprendizagem, é PÚBLICA, pois pertence a toda a sociedade e é de TRÂNSITO porque se refere ao espaço público utilizado por todos.

2. NOSSO PAPEL

A razão de existir da Escola é o ser humano. Suas ações são pautadas por práticas que contribuam para que o espaço do trânsito se torne cada vez mais seguro, solidário e justo. Ter um trânsito justo não é somente ter igualdade entre as pessoas, mas garantir que através de um tratamento que considere as diferenças, todos possam ter seus direitos preservados, sobretudo, crianças, pedestres, ciclistas, skatistas, pessoas com deficiência.

Concebendo o trânsito como um espaço plural e democrático, de convívio social e de exercício de direitos e deveres, as ações da Escola visam à mudança de paradigma, auxiliando na compreensão de que o trânsito é feito por pessoas que desempenham diferentes papéis, onde as escolhas de cada um trazem

consequências para o coletivo. Nesse processo, é imprescindível que todos sejam respeitados e reconheçam-se como responsáveis em contribuir com a mudança pretendida.

Nessa perspectiva, a Escola busca despertar competências voltadas à cidadania, percepção do risco e autocuidado, bem como à construção de valores de convivência, dentre os quais empatia, equidade e cooperação, abrangendo todos os públicos: crianças, jovens, adultos e idosos.

Ampliando o leque de abrangência das ações, um dos focos de trabalho se concentra em disseminar os conceitos e princípios que norteiam o trabalho pedagógico da Escola Pública de Trânsito, por meio da formação continuada, junto aos servidores do DetranRS, com vistas à qualificação para que o trabalho desenvolvido esteja sempre permeado por uma postura que sustente a escolha pela defesa da vida.

A Escola se propõe, também, a participar de forma cada vez mais ativa e sistemática junto aos credenciados, especialmente instrutores e diretores de ensino de CFCs, pois são as unidades de ensino que representam o DetranRS na formação de cidadãos condutores, fortalecendo as relações de modo que o trabalho resulte no exercício ético da cidadania e na conscientização do papel de todos na construção de uma cultura de preservação da vida.

Visando ampliar o alcance junto à população gaúcha, a Escola atua, ainda, com os professores, formadores de opinião, por excelência, que fazem a diferença em um processo de ensino e aprendizagem contínuo, sistemático e conectado à realidade na qual se pretende intervir e transformar. O professor, no trabalho direto com o aluno, pode proporcionar um ambiente no qual ele se sinta em condições, não só de buscar o conhecimento, mas também de fazer relações deste com sua vida e com a realidade que está ajudando a construir, especificamente no que diz respeito à tão urgente e necessária mudança no trânsito.

Nesse sentido, a educação para o trânsito é um processo permanente de construção e reconstrução de saberes e de valores essenciais à boa convivência, como o respeito, a responsabilidade, empatia e cooperação, cuja manifestação tende a ser notada em todos os espaços de convívio. Segundo Freire (1997), a cidade se faz educativa pela necessidade de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, onde cada um de nós deixa uma marca, um selo nas ações que desenvolvemos e nos comportamentos assumidos. Nesse processo, é

imprescindível que cada indivíduo reconheça sua responsabilidade e seu papel, contribuindo para a mudança pretendida.

Oferecendo atividades que respondam aos anseios da sociedade e que, efetivamente, sensibilizem as pessoas para que compreendam a importância de fazerem escolhas em prol do coletivo e do bem comum, a Escola busca se firmar como uma referência nacional.

Educação é justamente para a vida e o trânsito também deve ser.

3. NOSSAS DIRETRIZES

Para construir o trânsito que queremos, a Escola Pública de Trânsito quer contribuir com a formação de pessoas autônomas, capazes de estabelecer relações interpessoais saudáveis, éticas e empáticas, de se comunicarem e evoluírem permanentemente, de intervirem de forma consciente e proativa na sociedade.

As metodologias adotadas pela Escola têm como norte a construção do conhecimento, através da reflexão e crítica sobre a realidade, visando à ação dos sujeitos a fim de transformá-la sempre que necessário. Espera-se que cada usuário do trânsito tenha condições de exercer seu papel de maneira consciente e responsável.

Assim, acredita-se que a verdadeira mudança só se faz através de ações coletivas e que a partir da integração entre princípios norteadores e planejamento pedagógico podem ser desenvolvidas ações eficazes, coerentes e com os fins pretendidos.

3.1. Princípios da Educação para o Trânsito

3.1.1. Valorização e Preservação da vida

O propósito maior do trabalho de educação para o trânsito reside na valorização e preservação da vida. Quando trabalhamos na perspectiva de prevenção e adoção de comportamentos seguros é importante que as ações educativas abordem a percepção de risco. Percepção de risco é a capacidade individual de perceber e avaliar os riscos presentes no nosso cotidiano, ou seja, a

forma pela qual as pessoas interpretam os riscos. Essa interpretação é uma questão subjetiva, pois diz respeito à crença que a pessoa tem sobre a ocorrência de um evento e varia com base em uma série de fatores, tanto coletivos quanto individuais, com origens sociais, culturais, psicológicas, incluindo valores e vivências.

No trânsito, a percepção está relacionada a quanto a pessoa vê como perigoso certo evento ou o percebe como seguro. Quando a proximidade e convivência com os riscos são diárias, há uma tendência de que o indivíduo o subestime, negando sua existência ou acreditando que é controlável, não requerendo medidas protetivas.

Compreender os riscos a que estão expostas pode auxiliar as pessoas na mudança de comportamento e na transformação da vida em um valor tão superior que sua preservação passa a ser um princípio utilizado toda vez que o impulso de tomar uma atitude em desacordo com as regras se apresentar.

Assim, conhecer as situações que oferecem maior risco, analisá-las e compreender suas possíveis consequências pode aumentar a percepção dos riscos inerentes aos comportamentos arriscados. Por outro lado, não ter uma noção adequada sobre os riscos e sobre a fragilidade do corpo pode fazer com que as pessoas subestimem as consequências de escolhas inadequadas, comprometendo a segurança individual e coletiva. Desconhecer o motivo pelo qual determinada norma existe também prejudica a percepção do risco: por exemplo, sem entender as implicações sobre suas capacidades físicas e psicológicas quando ingere bebida alcoólica, a pessoa não percebe exatamente o quão arriscado é dirigir após beber.

Cada vida perdida no trânsito tem um valor inestimável, principalmente para as famílias que ficam privadas da companhia daquela pessoa que se foi. Sem contar as muitas mudanças no contexto dos lares de vítimas que carregam sequelas, muitas vezes irreversíveis, dos acidentes de trânsito, dos quais, muitos poderiam ser evitados. Portanto, a utilização de diferentes recursos e técnicas que contribuam para o aprimoramento das capacidades de percepção de risco do público atingido por nossas ações pode auxiliar as pessoas a entenderem e perceberem os riscos inerentes ao trânsito, assumindo um comportamento mais seguro.

3.1.2. Alicerce em valores de cidadania

Um dos grandes desafios da educação para o trânsito reside justamente em compreender e intervir na formação de valores morais e éticos, que sirvam como base às ações do indivíduo ao longo de sua vida, especialmente, em sua constituição enquanto cidadão. Moral, ética e cidadania se aprendem, portanto estão direta e indissociavelmente ligadas ao processo socioeducativo.

Quando a individualidade se sobrepõe à coletividade, essa situação afeta sobremaneira o convívio no trânsito, podendo levar a consequências graves, uma vez que se trata de um espaço coletivo que exige de seus partícipes conhecimento de direitos e deveres, bem como, empenho no cumprimento das normas.

Considerando que, dentre os fatores que interferem na segurança e garantia de direitos no trânsito, encontram-se pessoas com dificuldades em assumir um comportamento ético, é importante e necessário um olhar pedagógico sobre quais valores são culturalmente estimados e quais devem ser desenvolvidos para a formação de pessoas menos egocêntricas e mais capazes de cooperar no trânsito.

Nesse contexto, família e instituições de ensino são primordiais para o resgate de valores essenciais à convivência humana. O indivíduo não nasce sabendo como ser solidário, por exemplo. Se assim nos tornamos é porque aprendemos com nossos pais, familiares, professores e outros referenciais importantes com os quais interagimos, por seu exemplo ou em sua oposição.

Nessa perspectiva, é pouco provável que qualquer pessoa tenha condições de assumir uma postura adequada se, dentre as vivências que lhe forem oferecidas ao longo de seu desenvolvimento, ficarem de fora o respeito, os princípios de convivência, as noções de responsabilidade ou senso crítico. O que se aprende desde cedo, em relação a como se comportar e por quais valores se guiar, vai delineando os contornos que o convívio social acaba ganhando. Há, nas relações, um universo inteiro de possibilidades pedagógicas, propício a promover a criação e o fortalecimento de laços afetivos, a extensão de um tratamento gentil a todos e o incentivo a iniciativas de cooperação.

Em qualquer idade, uma aprendizagem que tem por base justiça, responsabilidade, empatia, cooperação e respeito, é capaz de se disseminar nas diferentes dimensões da vida em sociedade, repercutindo seus efeitos no transitar, independentemente do papel assumido no trânsito. Por isso, defendemos que a

melhor forma de se educar para o trânsito é o trabalho alicerçado em valores de cidadania.

3.1.3. Relação saudável com as regras

Dividir o mesmo espaço requer organização de seus partícipes, que precisam se entender mutuamente e coordenar suas ações. Sendo assim, as regras estão a serviço do bom funcionamento de um determinado sistema. Considerando o sistema de trânsito, o conjunto de regras de circulação e conduta precisa ser entendido como decisivo para a organização desse espaço.

Por certo, ninguém é capaz de cumprir o que desconhece, de modo que o conhecimento das normas é imprescindível. Porém, somente conhecê-las não garante seu cumprimento. Por isso, as práticas pedagógicas devem ultrapassar a mera transmissão de informações, de maneira a possibilitar o debate, contribuindo para que as pessoas percebam, por exemplo, a relação entre as disposições legais e a defesa da integridade humana.

A partir do estabelecimento dessas relações e quanto mais as pessoas compreenderem os princípios das regras e seu significado, maiores são as chances de construir uma relação saudável com elas e se sentirem motivadas a cooperar e repensar suas atitudes, passando a assumir comportamentos cada vez mais seguros no trânsito.

Mas como se constitui uma relação saudável com as regras? Acreditamos que um caminho possível é oferecer às pessoas experiências de trocas baseadas em princípios universais de solidariedade e justiça, contribuindo para o aumento da compreensão sobre a importância das regras e das escolhas baseadas na empatia e no bem comum.

Entendemos que, no caso do trânsito, sujeitos mais heterônomos, que obedecem por medo da punição, em função de um respeito unilateral diante da presença de uma figura de autoridade, podem cumprir normas por medo da fiscalização e não por compreenderem que o respeito às regras e ao outro é uma condição para tornar o trânsito justo e seguro para todos. Sua consciência é frágil e, em determinadas circunstâncias, desejos e falsas necessidades podem levá-los a escolhas que favoreçam a si próprios, ignorando as regras quando sabem q não estão sendo vigiados.

Já os mais autônomos moralmente, que obedecem às regras não mais em função do receio da punição e sim, por respeito mútuo, têm maiores condições de compreender a importância das regras para a convivência no trânsito e melhorar seu relacionamento interpessoal de forma a cooperar para um trânsito melhor. Têm mais condições de refletir e fazer escolhas que sejam boas para si e para os outros, com base em princípios de igualdade e equidade. Assim, suas ações tendem a valorizar o outro e buscar a satisfação e o bem-estar coletivo.

Nesse sentido, é importante que educadores de trânsito compreendam o processo de desenvolvimento moral e também cognitivo do sujeito para que possam identificar as melhores estratégias e planejar ações adequadas que auxiliem no desenvolvimento da autonomia moral junto aos seus públicos.

3.1.4. Responsabilidade pelas escolhas

Por mais que as escolhas sejam aparentemente tomadas na esfera individual, as consequências não costumam ficar circunscritas a seu verdadeiro responsável, fazendo-se sentir para muito além. Na maioria das vezes, seus efeitos se estendem não só a autores e vítimas, mas suas famílias, amigos, aqueles com quem têm relações afetivas, de trabalho, estudo, lazer, dependendo da proporção.

Aquele que burla a regra não está arriscando apenas a própria vida, mas a de outras pessoas que podem acabar sendo envolvidas direta ou indiretamente. Mesmo em decisões corriqueiras, tais como usar ou não cinto de segurança no banco de trás, fazer ou não um percurso maior para poder realizar a travessia na faixa de pedestre, parar diante de via preferencial, os nossos atos geram consequências que podem afetar tanto a nós quanto a outras pessoas.

Nesse sentido, não basta que o sujeito se justifique, pois a justificativa não altera o fato de que seu comportamento coloca a si e a outros em risco. Como educadores precisamos entender os mecanismos psicológicos envolvidos nesses comportamentos, como por exemplo, a compreensão de que algumas pessoas podem encontrar justificativas para transgredir regras sem se sentirem culpadas ou censuradas por isso. Para tanto, utilizam mecanismos psicológicos para transformar práticas transgressivas em algo que possa ser reinterpretado como socialmente aceitável, comum ou até mesmo positivo.

Como é praticamente impossível negar para si mesmo o cometimento de um ato já realizado, torna-se mais fácil mudar o pensamento sobre esse ato, de modo a distorcê-lo e torná-lo menos negativo. Assim, as pessoas distorcem como interpretam a realidade para se sentirem melhores consigo mesmas. Por exemplo, um cidadão que não considera correto “passar os outros pra trás”, no trânsito, em um congestionamento, ultrapassa vários veículos pelo acostamento sem censurar-se, justificando sua atitude pela pressa, não levando em conta que está infringindo uma regra e desrespeitando os outros.

As mortes e lesões provocadas no trânsito não são um fenômeno natural, tampouco obra do destino, assim como, os acidentes não deveriam ser assim caracterizados. Na verdade, poucos eventos de trânsito têm caráter “acidental”, no real sentido do termo. Pelo contrário, quase a totalidade apresenta-se potencialmente evitável, porque previsível. Nessa perspectiva, o educador, ao realizar suas ações, deve promover a sensibilização sobre a crença da importância do comportamento de cada um como determinante para a mudança da cultura no trânsito e para a prevenção dos ditos acidentes, em oposição à ideia de que os resultados de seus atos não dependem de si, mas de fatores externos, tais como destino, vontade de Deus. Se a pessoa identificar que seu comportamento pode determinar os resultados será mais provável que se esforce para que seu comportamento seja preventivo no trânsito.

Não se pode perder de vista a exata medida quanto à repercussão de qualquer de nossos atos, porque a vida em sociedade extrapola o âmbito individual, deixando a todos no compromisso de dedicar o devido cuidado no momento de fazer uma escolha. Por nós e pelos outros.

3.1.5. Exemplos coerentes

A incoerência parece fazer parte da condição humana, em algum grau, pois se observa uma significativa fragilidade entre saber o que é certo e fazer o que é certo. Muito se diz e pouco se faz. É mais fácil defender ideias no plano teórico que colocá-las em prática. Quem não se lembra do “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”? Pais, professores, governantes, juízes, dentre outros, que deveriam ser exemplos a serem seguidos, nem sempre conseguem manter um comportamento

ético e moralmente correto o tempo todo.

Porém, a coerência entre discurso e prática é o que mantém a credibilidade. Antes de tentar passar adiante e cobrar o que quer que seja, devemos fazer a nossa parte, desenvolvendo o autoconhecimento e a autocrítica, de modo que passemos a ser cada vez mais coerentes em nosso dia a dia.

No caso do trânsito, exemplos errados podem resultar em prejuízos para si e para os outros. Um pai que atravessa fora da faixa de pedestres ou dirige falando ao celular está ensinando seu filho a fazer o mesmo, porque, especialmente, as crianças aprendem pela imitação dos adultos de quem mais gostam e são referência para elas.

Para educadores de trânsito, o desafio é ainda maior: começar em si a mudança almejada. Quem assim se dispõe, além de convicto e perseverante diante de tantos contraexemplos, tem que seguir as lições que pretende passar adiante, fazendo de seu próprio comportamento uma delas. Quem não é capaz de manter uma postura exemplar, não tem, sequer, como defendê-la, tão pouco cobrá-la, podendo colocar todo o trabalho a perder.

3.1.6. Diferentes papéis

Transitar é uma necessidade e um direito de todo ser humano, independente do meio que utilize para se locomover. Alternar-se entre os diferentes papéis no trânsito é uma realidade, necessidade, direito, portanto não faz o menor sentido conferir-lhes *status* ou poderes diferenciados. Seja ciclista, pedestre, passageiro ou motorista de qualquer tipo de veículo, todos são igualmente importantes, merecedores de reconhecimento e consideração.

Dessa forma, quando se trabalha a formação do indivíduo para viver, coletivamente, de maneira respeitosa e responsável, ou seja, de forma ética e cidadã, contribui-se para que suas atitudes sejam coerentes indiferentemente do papel desempenhado. Em linhas gerais, o ideal é que as intervenções pedagógicas procurem atender, da maneira mais prática possível, os papéis vivenciados no presente e estejam voltadas à formação do indivíduo enquanto cidadão, pois nesta medida contribuirão para a formação de um ser humano mais justo e cooperativo independentemente do papel desempenhado, buscando sempre o fortalecimento da

reciprocidade entre eles.

3.1.7. Integração com o contexto

O processo de ensino e aprendizagem deve ser contínuo, sistemático e conectado à realidade na qual se pretende intervir e transformar. Para tanto, o conhecimento dessa realidade e do público com o qual se vai trabalhar é imprescindível para que nossas ações sejam significativas e adequadas. Assim também com relação ao trabalho sistemático e contínuo, e não pontual, ter maior potencial com vistas a favorecer a tomada de consciência e a mudança de cultura no trânsito. Práticas pedagógicas que promovam essa integração com o contexto e a continuidade oferecem um espaço de participação do público para que se sinta em condições de fazer relações com sua vivência, reconhecendo-se como agente transformador.

Ainda, considerando o trânsito como fenômeno integrado, que perpassa o âmbito social, político, econômico, pedagógico, geográfico, histórico, ambiental, entre outros, o trabalho com esse tema não deveria se dar de forma desvinculada. Assim, este princípio defende que a prática pedagógica em educação para o trânsito, além de intencional, com definição clara dos objetivos a alcançar, seja contextualizada, garantindo-se a relação com as vivências que dão sentido à aprendizagem.

3.1.8. Abordagem diversificada

Como em qualquer área de estudo, a educação para o trânsito possui diferentes formas de abordagem, sendo observada a predominância de quatro modelos mais utilizados: a informação valorativa, a mobilização social, a construção do conhecimento e o impacto.

Tais possibilidades de trabalho e abordagens são complementares, pois não existe somente uma forma de sensibilizar as pessoas. Quanto mais fizermos uso dos diversos formatos, mais chances de alcançar um número maior e diversificado de público.

É preciso, no entanto, tomar alguns cuidados básicos. Dentre eles, não sobrecarregar as pessoas com meras informações, que poderão não fazer sentido, e tampouco confrontá-las com cenas violentas e conteúdos chocantes. Há muitas

possibilidades de manter o foco das ações no fortalecimento de mensagens construtivas, que possam superar os modelos negativos e violentos, uma vez que não necessariamente se mostram eficazes no alcance do efeito desejado.

Abordagens que utilizam o impacto somente terão sentido se estiverem contextualizadas e de acordo com as características do público a que se destinam. É fundamental que se avalie se estão proporcionando uma reflexão, através de situações com as quais as pessoas se identifiquem e se sintam positivamente motivadas e não chocadas ou amedrontadas.

Assim, o importante é que a utilização de cada abordagem seja adequada ao público, considerando o grau de desenvolvimento cognitivo e psicológico da faixa etária a que será direcionado o trabalho e ao tipo de ação a que se propõe realizar para que a definição do uso de recursos e linhas se mostre efetiva e coerente.

Graças ao trânsito, que encurta distâncias, liga diversas áreas, viabiliza o comércio, o estudo, o trabalho e o lazer, aproxima as pessoas, entre tantos benefícios, a civilização continua tendo sua subsistência provida, mesmo distante da origem nômade. Além de movimentar a economia, através da geração de empregos, transporte de mercadorias e passageiros, produção e comércio de veículos, construção e manutenção de vias, turismo, etc., em escala global, o trânsito é responsável pelas mínimas realizações cotidianas, à medida que nos possibilita chegar onde desejamos.

Nessa perspectiva, as abordagens, além de alertarem sobre os riscos, as consequências das escolhas e trabalharem os cuidados necessários para a segurança no trânsito, devem mostrar, também, o lado positivo desse contexto e o quanto cada um tem responsabilidade em torná-lo seguro e justo a todos que convivem nesse espaço.

4. NOSSO FAZER PEDAGÓGICO

O conceito e a abrangência do trânsito perpassam o âmbito social, político, econômico, pedagógico, geográfico, histórico, ambiental, devendo ser estudado e compreendido em sua complexidade, de forma interdisciplinar e transversal. As pessoas atribuem a ele um significado particular, uma vez que a forma como cada uma se relaciona “com” e “no” contexto de trânsito está diretamente relacionada às experiências vivenciadas nos deslocamentos realizados.

O trânsito, assim, se caracteriza por ser um espaço coletivo, plural e complexo, no qual se faz necessária a existência de normas que regulamentem como os partícipes devem se comportar para a garantia de segurança e de direitos. Porém, a existência da legislação por si só não garante que as regras sejam cumpridas. Respeitar uma norma ou regra é uma escolha que depende, dentre outros fatores, da sua compreensão e da importância que ela ocupa na escala de valores das pessoas.

Considerando a perspectiva de que as mortes e lesões provocadas no trânsito não são geradas espontaneamente e nem devem ser naturalizadas, autores como Olandoski (2012) e Rotter (1966) apresentam o conceito de *locus* de controle referente à crença sobre a origem do controle de um comportamento. Se o controle for externo (*Locus* de Controle Externo), a crença é de que os resultados de seus atos não dependem de si, mas de fatores externos, tais como destino, vontade de Deus. Sendo o *Locus* de Controle Interno, o sujeito identifica que seu comportamento pode determinar os resultados, sendo mais provável que se esforce para que seu comportamento seja preventivo no trânsito. Assim, o educador, ao realizar suas ações, deve promover a sensibilização sobre a crença da importância do comportamento de cada um como determinante para a mudança da cultura no trânsito e para a prevenção dos ditos acidentes.

Um dos grandes desafios da educação para o trânsito reside, justamente, em compreender e intervir na formação de valores morais e éticos, que sirvam como base às ações do indivíduo ao longo de sua vida, especialmente, em sua constituição enquanto cidadão. Uma vez que “moral, ética e cidadania se aprendem, não são espontâneas” (LA TAILLE, 2006), estão íntima, direta e indissociavelmente ligadas ao processo socioeducativo.

Freire (2009), alerta que nos tornamos capazes de escolher, decidir, intervir e por isso, nos fizemos seres éticos. Estar longe ou fora da ética é transgredir e a prática educativa deve estar a serviço constante de seu caráter formador.

Para Piaget, a dificuldade dos indivíduos em superar o egocentrismo impede a sociedade de evoluir, tanto individualmente quanto como nação. Considerando a realidade da França, na década de 30, o autor escreveu que a humanidade continua sendo egocêntrica, mesmo sem saber ou sem a intenção de ser, sendo urgente desenvolvermos nosso sentido de cooperação. Porém, ainda estamos em busca da ferramenta para a cooperação.

Hoje, verifica-se impossível para nós, intelectual e moralmente, penetrar de fato a quantidade de mentalidades que nossa adaptação ao mundo contemporâneo exigiria. Continuamos sendo egocêntricos, sem sabê-lo e sem querê-lo, numa série indefinida de terrenos, que vão do nosso eu individual a nossas <<pré-noções>> sociais e nacionais, onde seria urgente cooperar, e não conseguimos encontrar a ferramenta de cooperação. (PIAGET, 1931/1998, p. 83)

Essa ideia reflete de forma bastante clara a realidade atual da nossa sociedade. O egocentrismo que conduz a sociedade contemporânea à constante inversão de valores, afetando, como disse o autor, uma série de terrenos, dentre eles, o trânsito, é difícil de ser superado sem uma educação que tenha como norte a formação moral dos indivíduos. Talvez esse feito nunca seja alcançado em sua integralidade, porém, a Escola Pública de Trânsito tem o dever social de buscar constantemente por essa ferramenta de cooperação, contribuindo para que as pessoas evoluam em direção a um comportamento cooperativo.

Sendo assim, a Escola se propõe a desenvolver estratégias de educação que auxiliem as pessoas em seu processo de descentração - sair do egocentrismo, promovendo espaços para a reflexão sobre as ações, bem como, situações em que possam coordenar diferentes pontos de vista para que reconheçam o contexto de trânsito como um espaço coletivo, democrático e plural. Não se espera que os partícipes abandonem seu ponto de vista, mas que aprendam a situá-lo no conjunto de outros, mantendo princípios e valores de cidadania e convivência.

Nessa perspectiva, considerando que, dentre os fatores que interferem na segurança e garantia de direitos no trânsito, encontram-se falhas no desenvolvimento moral e dificuldades em assumir um comportamento ético, é importante e necessário um olhar pedagógico sobre quais valores são culturalmente estimados e quais devem ser desenvolvidos para a formação de pessoas menos egocêntricas e mais capazes de cooperar no trânsito.

Quando, enfim, o homem honesto renuncia a uma satisfação pessoal no interesse da justiça ou da verdade, ele realiza uma ação exatamente comparável em sua estrutura às operações intelectuais de que acabamos de tratar: ele se recusa a considerar seu eu o valor supremo e subordina seu ponto de vista próprio ao conjunto das regras de reciprocidade que constituem a moral. (PIAGET, 1931/1998, p. 81).

4.1. Estratégias de ensino-aprendizagem

Para nos aproximarmos do ideal de sociedade que buscamos, na qual as relações empáticas, solidárias e cooperativas no trânsito estejam mais presentes, o trabalho da Escola é embasado em linhas teóricas que defendem a aprendizagem como construção do conhecimento, sendo os sujeitos desse processo capazes de se influenciarem mutuamente, no sentido de alcançarem seu desenvolvimento como pessoa e sociedade, justamente porque o que nos faz humanos é a nossa capacidade de nos tornarmos melhores.

Nesse sentido, as estratégias educativas adotadas pela Escola Pública de Trânsito têm como norte a construção do conhecimento e a aprendizagem significativa, embasadas na pedagogia relacional. Com a utilização de metodologias ativas aliadas ao uso da inovação, visam a contribuir no processo de aprendizagem dos sujeitos, promovendo a reflexão e crítica sobre a realidade do trânsito, com vistas à ação dos sujeitos a fim de transformá-la sempre que necessário. Dessa forma, espera-se que cada partícipe (pedestres, ciclistas, motociclistas, condutores, passageiros) tenha condições de exercer seu papel de maneira consciente e responsável.

Para tanto, a prática pedagógica em educação para o trânsito, além de intencional, com definição clara dos objetivos a alcançar, deve ser contextualizada e interdisciplinar, garantindo-se a relação com as vivências, os interesses e os conhecimentos trazidos pelos alunos que dão sentido à aprendizagem. O aluno é o protagonista do processo de ensino e aprendizagem e este deve ser contínuo, sistemático e conectado à realidade na qual se pretende intervir e transformar, possibilitando a reflexão e a tomada de consciência sobre a importância de cada pessoa, ao transitar, estar comprometida em fazer escolhas em prol do coletivo e do bem comum.

O conhecimento dessa realidade e do público com o qual se vai trabalhar é imprescindível para que as ações sejam significativas e adequadas. O que e como entregar aos cidadãos, considerando o desenvolvimento integral dos indivíduos, uma nova mobilidade e nova relação entre o estado e os indivíduos que possibilitem refletir e vivenciar a cidade, criando territórios educativos?

Buscando responder a essa reflexão, as estratégias educativas levam em consideração o desenvolvimento integral e cidadão dos indivíduos, bem como o

estabelecimento da mobilidade plural e segura, promovendo atividades que possibilitem a reflexão sobre as cidades, a necessidade de se estabelecer relações saudáveis, empáticas e colaborativas no trânsito, envolvendo todas as pessoas que circulam, cotidianamente, a fim de construir, efetivamente, espaços públicos de convivência social saudável e harmoniosa.

Para isso, é fundamental a Escola disponibilizar um espaço diferenciado e propício para que as temáticas da educação e segurança no trânsito possam ser trabalhadas junto aos diversos públicos, contemplando ambientes modernos, dinâmicos, atrativos e versáteis, de produção e compartilhamento de conhecimentos. Esses ambientes devem atender aos preceitos das metodologias ativas que preconizam o protagonismo dos aprendizes, sendo destaques a flexibilidade, o compartilhamento de espaços, tempos, atividades, materiais e tecnologias, adequando-os às faixas etárias, com vistas à construção de um processo de ensino e aprendizagem que contemple os diferentes tipos de aprendizagens e as diferentes linguagens.

4.2. As experiências pedagógicas

A atuação da Escola abrange o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, nas dependências da Escola e, conforme o planejamento, em outras localidades; *online* realizadas no ambiente virtual de aprendizagem da Escola e nas plataformas virtuais para aulas *online* ao vivo; e híbridas, sendo parte presencial e parte *online*.

Todas as ações planejadas e desenvolvidas envolvem a análise e ressignificação de conceitos e saberes específicas referentes ao tema trânsito, buscando a interação com seu público por meio de recursos diversificados, dinâmicos, atrativos e amigáveis, na perspectiva de diferentes públicos, respeitando suas etapas de desenvolvimento no planejamento de ações e considerando as distintas visões acerca do tema e as necessidades de intervenção.

Sob o ponto de vista de públicos como diferentes profissionais da área de trânsito, condutores profissionais, motoboys, ciclistas, taxistas, pedestres, recém-habilitados, entre tantos, a Escola entende que a intervenção pedagógica deve ser assertiva, munida de exemplos concretos e com foco na busca de soluções práticas

e coesas que sensibilizem as pessoas a assumirem comportamentos com a convicção de que a vida é nosso bem maior!

Nesse sentido, quanto mais os partícipes compreenderem os princípios implícitos nas regras, maiores as chances de terem atitudes condizentes com uma moral de reciprocidade, respeitando o outro e agindo para a construção de um trânsito mais solidário e cooperativo.

Desenvolver e consolidar uma nova cultura de trânsito, com bases sociais sólidas, que tenham como norte a igualdade e, num patamar mais elevado de noção de justiça, a equidade entre partícipes, transformando o respeito unilateral, da coação, em respeito mútuo, da reciprocidade, (PIAGET, 1994) é um ideal difícil de ser alcançado, mas que deve ser buscado todos os dias para que a vida se transforme no bem mais valioso para a sociedade.

A Escola, visando aproximar-se desse ideal, oferece experiências pedagógicas diversificadas, com a compreensão de que os alunos são sujeitos de seu processo de aprendizagem, capazes de se influenciarem mutuamente, no sentido de alcançarem seu desenvolvimento como pessoa e sociedade, justamente porque o que nos faz humanos é a nossa capacidade de evoluirmos constantemente.

Nessa perspectiva, diferentes segmentos da sociedade podem contribuir para a construção da cidade e seus espaços. Essa construção envolve as diversas formas de ser, pensar e agir que produzem significados e valores que poderão se refletir em relações mais saudáveis no trânsito. Para tanto, a Escola busca qualificar e ampliar sua parceria com instituições e órgãos de diferentes áreas, incentivando e promovendo a produção de pesquisa, conhecimento e extensão de forma permanente, capacitando e formando multiplicadores, participando de forma cada vez mais ativa no processo de transformação digital e na adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.

4.3. A avaliação do fazer pedagógico

A Escola Pública de Trânsito compreende o ato de avaliar como um importante instrumento de acompanhamento do processo educativo que auxilia nas tomadas de decisões quanto à necessidade de revisão de conceitos e de metodologias de ensino.

Avalia-se a ação por tudo que a concretiza, as ideias e conceitos, os meios, os instrumentos, os programas, os desempenhos e os resultados. Não é mera ação executora, mas uma nova reflexão sobre a ação para reordenar o processo. Por isso as dinâmicas avaliativas pertencem muito mais ao durante do que ao após. (BORGES, TAUCHEN E BARCELLOS, 2019, p.253)

A avaliação traz em si um juízo de valor, portanto, para se atribuir um valor a algo ou alguém, é importante analisar o conjunto que o constitui. Na educação para o trânsito, a avaliação deva ser processual e contínua, incluindo a atribuição de valor à instituição, aos docentes, às práticas e aos alunos, ou seja, avalia-se um conjunto de ações e de pessoas que somam esforços para o alcance de determinados objetivos.

Há diferentes formas de avaliar sustentadas por teóricos renomados na área da educação. A Escola embasa sua prática avaliativa naquelas que considera mais condizentes com suas convicções e com suas diferentes formas de fazer educação para o trânsito e que estejam alinhadas à finalidade, aos objetivos e aos princípios educacionais que embasam as ações. Nesse sentido, considerando a necessária adaptação da prática avaliativa à realidade da Escola e com base em pesquisas e experiências, as concepções de avaliação que norteiam o fazer pedagógico são destacadas a seguir:

Luckesi define avaliação como: “um juízo de valor sobre dados relevantes, objetivando uma tomada de decisão” (LUCKESI, 1978, p.5). Afirma, ainda, que o ato de avaliar implica na disposição de acolher a realidade como ela é, seja satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável, pois está a serviço da obtenção do melhor resultado possível. Assim, a avaliação da aprendizagem é descrita por ele como um ato amoroso, "O ato amoroso é aquele que acolhe a situação, na sua verdade (como ela é)". (LUCKESI, 2005)

Segundo Libâneo (2007), a avaliação é uma didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem.

Hoffmann (2006) é defensora da avaliação mediadora, por permitir que, ao acompanhar o processo do aluno, o professor observe e investigue como ele se posiciona frente a realidade e constrói suas verdades. Para a autora, o diálogo entre professor e aluno é fundamental para a construção dos saberes, pois nessa interação o professor tem condições de verificar as necessidades de reformulações de suas metodologias. A forma como o professor interpreta as respostas do aluno deve ter como propósito compreender sua trajetória, suas mudanças, propor novos desafios e não apenas constatar o que ele não sabe.

As práticas desenvolvidas pela Escola visam a auxiliar os educandos no processo de construção do conhecimento, através da reflexão e crítica sobre a realidade do trânsito e do incentivo à ação consciente a fim de transformá-la sempre que necessário. Nesse contexto, a avaliação entra como uma forma de qualificar as práticas para que sejam cada vez mais provocativas e desafiadoras para os alunos, favorecendo suas descobertas e a construção de suas verdades.

Se a educação para o trânsito tem a pretensão de educar para o desenvolvimento da cidadania, através do pensamento crítico, utilizando conceitos da aprendizagem significativa, é preciso basear as avaliações em solução de problemas, compreendendo a avaliação como um processo, onde as percepções dos alunos sejam consideradas. Jussara Hoffmann, em seu livro Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade, afirma que avaliar é

Oportunizar aos alunos muitos momentos de expressar suas ideias; Oportunizar discussões entre os alunos a partir de situações problematizadoras; Realizar várias tarefas individuais, menores e sucessivas, buscando entender as respostas apresentadas pelos estudantes; Em vez do certo/errado e da atribuição de pontos, fazer comentários sobre as tarefas dos alunos, auxiliando-os a localizar as dificuldades, oferecendo-lhes oportunidades de descobrirem melhores soluções; e transformar os registros de avaliação em anotações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção de conhecimento (HOFFMANN,2014, p.73-85).

Cada aluno compreende o conteúdo conforme seus princípios, valores, utilidades para sua vida. A avaliação ideal é aquela na qual o educador acompanha

o educando em todo o seu processo de aprendizagem, auxiliando na sua evolução. Porém, a realidade nem sempre oferece as condições ideais, assim, é preciso buscar as formas mais condizentes de se avaliar, de acordo com os objetivos de cada prática pedagógica.

As atividades pedagógicas contínuas e progressivas desenvolvidas pela Escola são resultado da própria reflexão, da avaliação que se faz dos materiais e das práticas pedagógicas disponibilizadas, ou seja, do próprio trabalho da Escola, e devem possibilitar que o educando busque constantemente novas aprendizagens. Também por isso é importante que o aluno participe do processo de avaliação do ensino, pois suas considerações podem auxiliar na identificação das necessidades de mudanças nas práticas. Assim, as dificuldades sinalizadas pelos alunos são importantes indicadores da necessidade de rever as práticas docentes.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que são utilizados três tipos de avaliação, definidas por Bloom, Hastings e Madaus (1983): diagnóstica, formativa e somativa. Salienta-se que nenhum tipo de avaliação deve ser realizado desconectado de outro. Ao contrário, são complementares e, juntos, compõem a avaliação global, contribuindo para a qualificação do processo educativo.

A avaliação diagnóstica se caracteriza por analisar, mesmo antes do início do processo de ensino, o que o educando já sabe e o que é preciso ensinar. No caso específico da Escola, pode-se definir como diagnóstica a avaliação mais ampla que deve ser feita das necessidades, dos saberes, das experiências, vivências apresentadas pela sociedade, pelos credenciados, servidores do quadro do DetranRS, enfim, do público que se pretende atingir. Após essa análise, será possível estabelecer os próximos passos a seguir, que cursos ou ações devem ser propostos.

Já a avaliação formativa deve acompanhar o processo de ensino. Através dela pode-se perceber se os objetivos propostos naquele curso ou ação estão sendo atingidos. É utilizada quando se pretende verificar se houve apreensão e/ou compreensão do conteúdo, qual a compreensão que houve, se está ocorrendo a reflexão, a mudança de comportamento. Envolve até mesmo aspectos estruturais, como se certificar que o aluno leu o material, se os conteúdos estão de acordo e são de interesse do público discente. Permite a interação entre educador e educando, possibilitando a interferência do educador durante o processo de aprendizagem, contribuindo para a sua efetivação.

A avaliação somativa é caracterizada pelos autores (BLOOM; HASTINGS; MADDAUS, 1983, p.100) como aquela que tem a função de atribuir notas, classificar o aluno e transmitir os resultados em termos quantitativos. Entretanto, mais do que isso, para a Escola Pública de Trânsito, é também a oportunidade de avaliar os assuntos abordados, propondo a análise de situações, solução de problemas, simulações de aplicação prática do conteúdo, relacionando os conteúdos e a sua prática.

Adotados, em paralelo, os três tipos de avaliação oferecem uma visão completa de todos os aspectos que devem ser avaliados, como a instituição, os docentes, as práticas e os alunos. A análise da relação entre as três formas de avaliar deve ser realizada pela equipe docente da Escola. Segundo Libâneo:

O entendimento correto da avaliação consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos... Desse modo, a quantificação deve transformar-se em qualificação, isto é, numa apreciação qualitativa dos resultados verificados. (LIBÂNEO, 2013, p.221)

A avaliação realizada na Escola, portanto, busca um olhar criterioso sobre o posicionamento dos alunos, sobre suas dificuldades e tem como finalidade a reorganização dos processos, a revisão dos conteúdos, o desenvolvimento de novas metodologias para qualificação das práticas, porque o que de fato se deseja é que o aluno realmente avance moralmente, construa suas hipóteses e multiplique o conhecimento. A avaliação precisa ser tanto do processo de ensino, como do processo de aprendizagem e deve ser permanente, identificando as necessidades de adequações nas práticas para que os objetivos sejam alcançados e a educação para o trânsito se consolide cada vez mais.

Ainda há muito a evoluir quanto ao tema avaliação, pois se as práticas mudam, a forma de avaliar precisa acompanhar as tendências, sob pena de tornar incoerente o fazer pedagógico. Analisar dados quantitativos e mesmo pareceres descritivos realizados pelos alunos para transformá-los em subsídios que proporcionem uma avaliação qualitativa é uma tarefa complexa. Por isso, é preciso estar sempre atento e em busca de instrumentos de avaliação que possibilitem qualificar cada vez mais o processo de ensino e de aprendizagem. Também se faz necessário o desenvolvimento constante da competência para avaliar.

5. ONDE QUEREMOS CHEGAR

A Escola Pública de Trânsito tem como propósito consolidar-se como instituição de ensino referência em educação para o trânsito, acessível à sociedade e em sintonia com a realidade. Ampliando a sua atuação e abrangência, visando a solidificar, não só a si própria, mas também o DetranRS como departamento protagonista e de referência na promoção da educação para o trânsito, cumprindo sua verdadeira missão, dentro do que está previsto em lei, além de reforçar as práticas já existentes de defesa da vida.

Nessa perspectiva, a Escola tem a pretensão de participar de forma cada vez mais ativa e sistemática nas diversas esferas da sociedade, ampliando, também, sua contribuição junto aos credenciados e fortalecendo relações com outras instituições de ensino e outros órgãos públicos, bem como com os servidores da Autarquia.

A Escola, em sua proposta pedagógica, busca, incansavelmente, a promoção de ações que contribuam para a preservação da vida e do meio ambiente, buscando a conscientização do papel de todos na disseminação e construção de um espaço público mais solidário e seguro e a construção de uma relação harmoniosa e empática entre as pessoas, estejam elas a pé, de bicicleta, motorizadas ou em qualquer outro meio de transporte.

Para tanto, estar em constante aperfeiçoamento, embasando o trabalho em estudos e bases científicas sólidas, é fundamental, assim como propor novos desafios, abranger novas funções, aperfeiçoar o sistema e estrutura existentes, adaptar e criar metodologias de trabalho diversificadas para que se busque alcançar os objetivos de forma eficaz e consistente. Nesse contexto, destacamos a importância de uma equipe de profissionais qualificados que primem pela atualização e implementação de novas tecnologias, pela construção de conhecimento e pelo planejamento estratégico de suas ações.

Nesses termos, o campo de atuação da escola se ampliará mantendo os princípios basilares e as referências pedagógicas já mencionadas. Nesta consolidação e ampliação, pretende-se atuar em duas vertentes: o público interno (servidores do DetranRS e todos os credenciados) e o público externo (órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, as escolas públicas e privadas, as empresas, as

fundações, os institutos, as organizações da sociedade civil e a sociedade em geral), assim denominados para fins didáticos.

O que nos move é o desejo de disseminar práticas pedagógicas que contribuam para a tomada de consciência e mudança cultural de todos que transitam nos espaços públicos nos diversos papéis existentes levando adiante o “modo de pensar” do DetranRS, ou seja, a proposta de educação para o trânsito da Escola Pública de Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul. Por meio da educação é possível contribuir para que os públicos atingidos por nossas ações, direta ou indiretamente, aumentem a frequência com que agem de maneira ética, respeitando as normas, tendo empatia, garantindo os direitos de todos e tomando consciência de seus deveres e responsabilidades na construção de um trânsito seguro e justo para todos.

O que se aprende/constrói desde cedo, em relação a como se comportar, mas, principalmente, por quais valores se guiar, é que explica parte significativa dos contornos que o convívio social acaba ganhando.

Em qualquer idade, uma aprendizagem que tem por base justiça, responsabilidade, empatia, cooperação e respeito, é capaz de repercutir nos diferentes patamares da vida em sociedade, extravasando seus efeitos no transitar, independentemente do papel assumido no trânsito.

Há, nas relações, um universo inteiro de possibilidades pedagógicas, propício a promover a criação e fortalecimento de laços afetivos, a extensão de um tratamento gentil para além desses vínculos e o incentivo a iniciativas de cooperação.

Essas iniciativas devem perpassar tanto a esfera pessoal quanto os investimentos em educação e uma boa gestão pública que priorize a constituição de territórios educativos, nos quais a presença de um Estado-educador esteja voltado a implementar espaços pedagógicos e de desenvolvimento das pessoas como cidadãos, promovendo a mobilidade urbana saudável, acessível e equânime.

REFERÊNCIAS

BLOOM, Benjamin S.; HASTING, Thomas e MADDAUS, George. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Editora Pioneira, 1983.

BORGES, Daniele; TAUCHEN, Gionara; BARCELLOS, Vera Cunha. Avaliação da aprendizagem escolar: contexto histórico e suas pesquisas. **Revista Intersaberes**, [s.l.], v.14, n.º 31, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/240>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: questões da nossa época**. São Paulo: Cortez, 1997.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré- escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional: pressupostos conceituais. **Tecnologia educacional**, Rio de Janeiro, n.º24, set/out., p 5-9, [1978].

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

OLANDOSKI, Guilherme Previdi. **Comportamento de condução e locus de controle**. 2012. 130f. . Dissertação (Pós Graduação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29719>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, Jean. Introdução psicológica à educação internacional. In: PARRAT-DAYAN, Silvia; TRYPHON Anastásia. (Orgs.). **Jean Piaget: sobre a pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. (Originalmente publicado em 1931).

ROTTER, J. B. Generalized expectancies of internal versus external control of reinforcements. **Psychological Monographs: general and applied**, v.80, n.º1, 1966. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/161c/b7ac92d7571042bb11ebdaaa1175be8079f8.pdf> . Acesso em: 01 ago. 2019.